



Senado ouve Lupi sobre denúncias de irregularidades

Ministro do Trabalho será questionado hoje na Comissão de Assuntos Sociais; convite foi aprovado com votos da oposição e da base governista

O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, confirmou sua participação hoje em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais para esclarecer denúncias de irregularidades. Para o senador Alvaro Dias, imagens do ministro divulgadas na terça-feira seriam provas de que ele cometeu crime de responsabilidade quando negou conhecer Adair Meira, que chefia ONG acusada de fraude, ou ter viajado em avião particular. 4



O presidente da CAS, Jayme Campos (E), e Alvaro Dias, que defende a saída imediata de Carlos Lupi do Ministério do Trabalho

Márcia Kallume/Senado Federal



Alfredo Sirkis (E), Márcio Macêdo, Sérgio Souza e Osvaldo Stella em audiência

Novo código pode remunerar produtor por serviço ambiental

A previsão, no projeto do novo Código Florestal, de pagamento por serviços ambientais foi

defendida ontem em audiência na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas. 7

Proteção a programa nuclear é aprovada 6

Viana lê hoje parecer sobre novo Código Florestal 7

Geraldo Magalhães/Senado Federal



Presidente do Senado participa da entrega dos prêmios do concurso de redação promovido pela Casa; todos os 27 alunos finalistas foram premiados

Sarney dá posse a 27 "jovens senadores"

De ontem até amanhã, estudantes de escolas públicas de todo o Brasil participam em Brasília de simulação das atividades do Senado. Eles são os finalistas da quarta edição do Concurso de Redação do Senado Federal. 2

CCJ fixa uso do dinheiro das multas de trânsito

Aplicação exclusiva das receitas em campanhas educativas e sinalização de vias vai agora ao exame da Câmara dos Deputados. 5



Senador Ricardo Ferraço (ao microfone) apresenta voto favorável à proposta apresentada pelo senador Eunício Oliveira

Senado aprova IOF de até 25% em contratos com dólar 8

Autorizado concurso para 246 vagas no Senado 3

José Luiz/Senado Federal

Estudantes de escolas públicas de todo o Brasil estão em Brasília vivenciando o dia a dia dos senadores da República; simulação do processo legislativo acontecerá todos os anos



Sarney entrega prêmios aos representantes das escolas onde estudam os três alunos vencedores do concurso de redação

Adolescentes se tornam “jovens senadores” por 3 dias

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, deu posse ontem aos 27 “jovens senadores”, alunos de escolas estaduais de todo o país escolhidos para viverem em Brasília, durante três dias, a rotina dos senadores da República. A “legislatura” começou ontem e terminará amanhã.

Os “jovens senadores” têm entre 16 e 19 anos. Eles são os 27 finalistas – um de cada unidade da Federação – do IV Concurso de Redação do Senado Federal.

Coube ao estudante mais velho, Orlei Jacinto Pereira, da Paraíba, ler o termo constitucional de posse:

– Prometo guardar a Constituição federal e as leis do país, desempenhar fiel e lealmente o mandato de jovem senador.

Os “jovens senadores” terão de apresentar seus projetos. A melhor proposta poderá ser transformada em projeto de lei de verdade e, assim, seguir o processo legislativo – ser discutida pelos senadores e submetida a votação.

– Cada comissão analisará o projeto e, se necessário for, virá ao Plenário. Ou seja, vocês terão oportunidade de acompanhar o destino do projeto que aprovarão aqui – disse a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), presidente do conselho responsável pelo programa, aos estudantes.

A simulação das atividades legislativas e o concurso de redação fazem parte do Programa Senado Jovem Brasileiro, voltado para estudantes dos dois últimos anos do ensino médio das escolas estaduais do país.

Os senadores Marinor Brito (PSOL-PA), Clésio Andrade (PR-MG), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Jorge Viana (PT-AC) participaram da “posse” dos estudantes e, em discursos, elogiaram a realização do programa.

Durante a solenidade, os alunos elegeram os nomes dos titulares da Mesa Diretora para os três dias do programa.

– Esse programa se destina a incentivar vocações políticas nos jovens brasileiros. Nenhuma vocação é legítima se não tem por base melhorar a sorte da Humanidade – disse Sarney.

Alunos vencedores de concurso de redação ganham computadores

O Senado premiou ontem os três vencedores do IV Concurso de Redação da instituição. Classificaram-se 27 estudantes, um de cada unidade da Federação. Todos eles participaram do cerimônia de premiação, no Interlegis, em Brasília.

O tema foi “O Brasil que a gente quer é a gente quem faz”. O objetivo do concurso, para alunos de 16 a 19 anos dos dois últimos anos do ensino médio de escolas estaduais, é promover reflexão sobre a democracia e a cidadania.

Em primeiro lugar, ficou a redação de Matheus Oliveira Faria, aluno do Colégio Tiradentes da Polícia Militar, de Passos (MG). Ele redigiu uma fábula sobre passarinho que tenta conter sozinho incêndio em uma floresta enquanto outros animais fogem.

No texto, Matheus compara a atitude do pequeno animal aos pequenos atos dos brasileiros para melhorar a sociedade.

Escreveu ele: “O beija-flor sabia o que queria e se esforçou ao máximo para alcançar seu objetivo. Também nós devemos saber o Brasil que queremos e participar da construção do mesmo”.

Os outros dois vencedores foram Janaína Santana Vilela, do Colégio Estadual Jandira Bretas Quinan, de Vianópolis (GO), e Carlos Vinícius do Carmo Araújo, do Centro Educacional São Francisco, de São Sebastião (DF).

Os três vencedores foram premiados com computadores portáteis, medalhas e certificados. Eles terão suas redações publicadas em livreto produzido pelo Senado. Suas escolas receberão computadores, livros e DVDs.

Segundo Vanessa Grazziotin, outro objetivo do concurso é aproximar o Senado da sociedade:

– As redações revelam como a juventude vê o seu país e o que esperam dele. Aproximar a população, principalmente a juventude, é algo fenomenal.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) elogiou a qualidade dos textos vencedores.

Também participaram da cerimônia os senadores Anibal Diniz (PT-AC) e Ana Amélia (PP-RS); a diretora-geral, Doris Peixoto; a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra; e a diretora da Secretaria de Relações Públicas, Andréa Valente.

Programa do Senado incentiva vocação política, diz Sarney

No Plenário, o presidente do Senado, José Sarney, falou da presença na Casa dos 27 estudantes finalistas do IV Concurso de Redação do Senado.

Mais cedo, eles haviam tomado posse como “jovens senadores” – em sessão presidida pelo próprio Sarney. Durante três dias, contados a partir de ontem, os estudantes vivenciarão o trabalho dos senadores em Brasília.

Sarney informou que,

naquele momento, os estudantes trabalhavam nas comissões. Eles já haviam apresentado 20 projetos de lei e três propostas de emenda à Constituição (PECs).

O presidente chamou a atenção para o fato de, dos 27 “jovens senadores”, 16 serem mulheres. Na visão dele, era indicativo de como será o Senado do futuro.

– A ação desses estudantes é um incentivo para que os jovens sigam a vocação política.

Presidente do Senado vai a abertura de mostra fotográfica

O presidente do Senado, José Sarney, participou da abertura da exposição fotográfica “Brasil aos olhos dos chineses”, organizada pela embaixada da República Popular da China. A mostra apresenta imagens captadas por cidadãos chineses em visita ao país e por funcionários da embaixada da China e permanecerá na Câmara dos Deputados até sexta-feira.

O acervo exibe um pouco do cotidiano brasileiro e retrata detalhes diferenciados de cada um dos estados brasileiros. De acordo com Sarney, essa é uma oportunidade de revelar à

China alguns detalhes do Brasil que não são conhecidos por aquela sociedade.

– Eu acho que essa exposição mostra um olhar distante dos chineses sobre o Brasil, e nós desejamos partilhar com o povo e o governo chinês um sistema de cooperação cada vez mais estreito entre o Brasil e a China – disse.

Para o embaixador da China, Qiu Xiaoqi, “a fotografia tem o poder de mostrar os distintos aspectos do povo e da vida no Brasil”. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) também participou do evento.

Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 19h40 serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Pauta trancada

14h A pauta da sessão deliberativa está trancada por dois projetos de lei de conversão.

Presidência Reunião da Mesa

10h O presidente do Senado, José Sarney, participa de reunião da Mesa e, às 11h, de lançamento do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, no Palácio do Planalto. Às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária.

CRA Seguro-desemprego

8h30 Reunião deliberativa da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para analisar, entre outros, projeto que garante o pagamento de seguro-desemprego, durante o período de entressafra, ao trabalhador rural que atua no cultivo da cana-de-açúcar.

CI Código de Trânsito

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura examina projeto que altera o Código de Trânsito Brasileiro para tratar de sinalização indicativa em rodovias.

CAS Audiência com Lupi

9h30 O ministro do Trabalho, Carlos Lupi, presta esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades em audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais.

CMA Código Florestal

10h A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle reúne-se para leitura do relatório do projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11). Também vota emendas ao projeto de lei orçamentária.

CMO Créditos extraordinários

10h A Comissão Mista de Orçamento reúne-se para exame de projetos que autorizam créditos extras para vários ministérios.

Mercosul Regimento do Parlasul

10h30 A reforma do Regimento Interno do Parlasul será tema de reunião de trabalho da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul.

CPI Tráfico de pessoas

12h A Comissão Parlamentar de Inquérito do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil promove reunião administrativa.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões
 Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao
 Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 8h30, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Demanda em alta

Diretoria-Geral divulga nota explicativa sobre o concurso

A reforma administrativa do Senado Federal reduz, consideravelmente, o número de funções comissionadas no quadro de pessoal da instituição, porém não reduz atividades. Isso se deve à crescente demanda por parte dos senadores e da sociedade pela ampliação do número de serviços prestados pela Casa, seja na área legislativa, seja na área administrativa.

O crescimento exponencial da demanda por serviços, aliado ao número crescente de aposentadorias de servidores do Senado – 652 desde 2008, 317 só este ano –, torna essencial a realização de concurso público para provimento de cargos no quadro de pessoal do Senado da República.

Ressalte-se que o maior número de aposentadorias se deu exatamente na atividade-fim, o que impacta diretamente no bom andamento do processo legislativo e da atividade fiscalizadora do Senado, principais atribuições constitucionais desta Casa.

Na atividade-meio, há grande carência de pessoal na área de recursos humanos, o que tem prejudicado o andamento dos processos de trabalho e a agilidade dos serviços prestados.

É importante asseverar que a realização do concurso público servirá para repor aposentadoria de **pessoal efetivo**, em um dos processos seletivos mais concorridos do Brasil. Trata-se de necessidade vital para a preservação da instituição e, principalmente, da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade brasileira.

A realização do concurso já havia sido autorizada por meio do Ato da Comissão Diretora 13/10. Consciente da necessidade de reposição de servidores do quadro de pessoal do Senado Federal, o presidente José Sarney assinou ato adequando o quadro de vagas à nova realidade da Casa – em virtude do crescimento exponencial do número de aposentadorias – e constituindo comissão especial encarregada dos trabalhos.

A comissão é composta pelo consultor legislativo Davi Anjos Paiva, que a presidirá, e pelos analistas legislativos Sérgio Barros de Castro e Lúcia Maria Medeiros de Souza, todos servidores efetivos do Senado.

A fixação do quadro de vagas obedeceu aos seguintes critérios: **1)** respeitar rigorosamente à previsão orçamentária para contratação de pessoal; **2)** priorizar a atividade-fim da instituição; **3)** priorizar as áreas não contempladas no último concurso público; **4)** respeito ao número de vagas existentes no quadro de pessoal; **5)** priorizar as áreas em que houve maior número de aposentadorias.

A realização do concurso público encontra respaldo na política de renovação institucional preconizada pela Comissão Diretora e implementada pela administração da Casa. A promoção periódica de concursos para admissão de pessoal é um dos pilares dessa política, pois contribui para a renovação constante dos quadros da instituição, trazendo benefícios indiscutíveis para a qualidade dos serviços do Senado Federal.

Diretoria-Geral do Senado Federal

Ainda sem data definida, o concurso público deverá preencher 104 vagas para técnico, 133 para analista e nove para consultor. Se surgirem novas vagas no decorrer do prazo de validade da seleção, mais aprovados serão chamados

Senado autoriza realização de concurso para o preenchimento de 246 vagas

ATO DO PRESIDENTE do Senado, José Sarney, publicado ontem, autoriza a realização de concurso para o preenchimento de cargos do quadro de pessoal do Senado Federal. A previsão é de preenchimento de 246 vagas inicialmente: 104 para técnico, 133 para analista e nove para consultor. O concurso ainda não tem data definida, informou Davi Anjos Paiva, presidente da comissão que tratou do assunto.

O ato prevê que o Senado poderá convocar mais aprovados, durante o prazo de validade do concurso, na hipótese de surgimento de vaga. O

preenchimento atenderá a ordem de classificação, a existência de dotação orçamentária e a conveniência administrativa.

O último concurso para o Senado foi realizado em 2008. O exame objetivo foi composto por 70 questões para os cargos de nível médio e 80 para os de nível superior. A prova discursiva consistiu de uma questão para nível médio e duas para nível superior. Foram cobradas as disciplinas de Língua Portuguesa, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos, para todos os cargos, e Língua Inglesa, Língua Espanhola e Informática, em áreas específicas.

Os cargos da seleção

CONSULTOR LEGISLATIVO ■ Consultoria e Assessoramento Legislativo: Assessoramento Legislativo (8) ■ Consultoria e Assessoramento em Orçamento: Assessoramento em Orçamentos (1)

ANALISTA LEGISLATIVO ■ Apoio Técnico ao Processo Legislativo: Processo Legislativo (40), Taquigrafia (10), Biblioteconomia (2) ■ Apoio Técnico-Administrativo: Administração (30), Arquivologia (5) ■ Controle Interno: Contabilidade (5) ■ Saúde e Assistência Social: Assistência Social (1), Medicina (10), Nutrição (1), Farmácia (1), Fisioterapia (1), Psicologia (1), Enfermagem (5) ■ Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico: Arquitetura (1), Engenharia (4) ■ Redação e Revisão de Textos Gráficos: Redação e Revisão (3) ■ Comunicação Social: Comunicação Social (3) ■ Tecnologia da Informação: Informática Legislativa (10)

TÉCNICO LEGISLATIVO ■ Apoio Técnico ao Processo Legislativo: Processo Legislativo (25) ■ Apoio Técnico-Administrativo: Administração (20), Arquivologia (3) ■ Saúde e Assistência Social: Enfermagem (6), Odontologia (1) ■ Instalações, Equipamentos, Ocupação e Ambientação de Espaço Físico: Eletrônica e Telecomunicações (4) ■ Polícia Legislativa: Policial Legislativo Federal (25) ■ Apoio Técnico ao Processo Industrial Gráfico: Processo Industrial Gráfico (20)



José Sarney/Senado Federal

Marta é contra restrição proposta por Pedro Taques (2º à esq.), que teve apoio de Requião (C), Demóstenes e Aloysio (D)

Limite de visita íntima para presos gera polêmica e tem votação adiada

A limitação de visita íntima para presos dividiu os senadores da CCJ, em debate ontem. A matéria acabou tendo sua votação adiada por pedido de vista feito por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). A restrição – temporária – é tratada em projeto de lei (PLS 280/11) de Pedro Taques (PDT-MT) e alcança apenas presos provisórios e condenados por envolvimento com o crime organizado submetidos ao regime disciplinar diferenciado (RDD).

A proposta teve voto favorável do relator, Demóstenes Torres (DEM-GO). Ele observou que o PLS 280/11 legaliza a visita íntima ao inseri-la na Lei de Execução Penal (LEP). A exclusão de presos provisórios e condenados enquadrados no RDD por participação em organização criminosa foi sugerida pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe). A justificativa seria impedir que cônjuges, companheiras ou namoradas possam utilizar as visitas

para levar instruções aos comparas fora do presidio.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) se disse totalmente contrário às visitas íntimas para presos e adiantou a intenção de apresentar emenda para proibir esses encontros. Depois de refletir sobre os argumentos favoráveis e contrários à proposta, Roberto Requião (PMDB-PR) decidiu votar a favor do PLS 280/11. Pedro Taques disse respeitar as posições contrárias, mas lembrou que pessoas de bem continuam a ser violentadas por membros de organizações criminosas.

Marta Suplicy (PT-SP) discordou da medida. Após considerar que as mulheres dos presos já são submetidas a revista íntima “pesadíssima”, criticou a intenção de se negar aos condenados o direito de preservarem suas relações afetivas. Ela foi acompanhada por outros três petistas: Humberto Costa (PE), Ana Rita (ES) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

CCJ unifica data de posse de deputados estaduais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou emenda de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) à proposta de emenda à Constituição (PEC 38/11) que modifica datas de posse de presidente da República, governadores e prefeitos. A emenda unifica a data de posse de deputados estaduais e distritais: 1º de fevereiro.

Segundo Aloysio, a alteração corrige “esquisitice institucional” ocorrida em São Paulo, Roraima, Rio Grande do Sul e Distrito Federal. Nessas unidades, os deputados estaduais tomam posse em 15 de março, o que “complica relações entre Executivo e Legislativo”.

– Assim, estamos propondo que a posse dos deputados estaduais e distritais coincida com o início da legislatura do Congresso, em 1º de fevereiro – acrescentou.

Acolhida pelo relator da PEC 38/11, Renan Calheiros (PMDB-AL), a emenda estabelece que os mandatos desses parlamentares, eleitos em 2014, terminarão em 31 de janeiro de 2019. Dessa forma, teria fim a defasagem entre os mandatos de governadores e deputados estaduais e distritais. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) elogiou a medida proposta por Aloysio Nunes, que vai estabelecer a coincidência da posse para os ocupantes de mandatos eletivos no país.

A matéria retorna agora para dois turnos de discussão e votação no Plenário do Senado.

Jane Anjo/Senado Federal



Rosa Weber (E) e Carmen Lúcia durante audiência ontem com o presidente do Senado, José Sarney

Sarney recebe Rosa Weber, indicada a vaga no Supremo Tribunal Federal

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu visita de cortesia da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Carmen Lúcia. Ela estava acompanhada de Rosa Weber, indicada pela presidente Dilma Rousseff a uma vaga no tribunal.

– Esperamos aprovar o nome da nova ministra, se assim decidir o Plenário, para que ela tome posse ainda este ano – afirmou Sarney.

Rosa Weber vai ser sabatinada pela Comissão de Constituição, Justiça e

Cidadania (CCJ) em data ainda a ser definida. De acordo com a Constituição, os ministros do Supremo são nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado.

Nascida em Porto Alegre, em 1948, Rosa Maria Weber Candiota da Rosa é ministra do Tribunal Superior do Trabalho desde 2006. Se aprovada pelo Senado, ela substituirá a ex-ministra Ellen Gracie, que se aposentou em agosto, após 11 anos no STF.

Requerimentos de Alvaro Dias e Ana Amélia convidando o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, para falar sobre suspeitas contra sua gestão tiveram, inclusive, apoio de senadores governistas. Reunião está marcada para as 9h30

Lupi vem hoje ao Senado se defender de acusações de irregularidades

O MINISTRO DO Trabalho, Carlos Lupi, confirmou presença em reunião da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), hoje, às 9h30, para prestar esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades em sua gestão. Requerimentos de Alvaro Dias (PSDB-PR) e Ana Amélia (PP-RS) propondo o convite foram aprovados ontem na CAS, com o voto de senadores governistas.

Em audiência na Câmara dos Deputados, na semana passada, Lupi negou conhecer Adair Meira, que chefiava rede de ONGs conveniadas ao ministério e suspeitas de irregularidades. O ministro também negou ter feito viagem em avião alugado por Meira, rebatendo denúncia publicada pela revista *Veja*. No entanto, imagens divulgadas na terça-feira mostram o ministro próximo a Meira, após desembarcar de viagem feita em avião particular, em 2009.

Para Alvaro Dias, Lupi mentiu aos deputados, o que comprovaria crime de responsabilidade. Além disso, o senador diz haver outras denúncias contra o ministro, de pagamento de propina e de utilização irregular de diárias.

– Os fatos são gravíssimos. A mentira oficial é crime de responsabilidade, ofende o Parlamento, o povo e desmoraliza o ministro – afirmou Alvaro Dias.

Durante a reunião na CAS, o gabinete da Liderança do governo no Senado chegou a informar que o ministro se disporia a falar na Casa na próxima semana, mas o presidente da comissão, Jayme Campos (DEM-MT), insistiu para ouvi-lo hoje.

– Na semana que vem, Inês já será morta – argumentou o parlamentar, usando expressão popular para destacar a urgência de ouvir o ministro.

Mesmo lembrando que a

permanência de um ministro é prerrogativa da Presidência da República, Jayme Campos disse que a manutenção de Lupi no cargo tem resultado em grande

desgaste para o governo.

O requerimento convidando o ministro também foi assinado por Vanessa Grazziotin (PCdoB-M), Ana Rita (PT-ES) e

Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador petista afirmou que é do interesse do próprio Carlos Lupi o rápido esclarecimento dos fatos.



"Acúmulo de denúncias" é destacado por Ana Amélia



Para Alvaro, Lupi mentiu aos deputados na semana passada

Ministro deve respostas, dizem Ana Amélia e Taques

Ana Amélia (PP-RS) disse que a presença do ministro Carlos Lupi no Senado para prestar esclarecimentos é "inadiável" por causa do "acúmulo de denúncias". Ele falará hoje à Comissão de Assuntos Sociais.

– O apoio dos senadores governistas [à presença do ministro no Senado] é um sinal de que é interesse do próprio governo que o ministro preste os esclarecimentos – afirmou a senadora.

Ela explicou que, sempre que um ministro se envolve em denúncias, o governo enfrenta dificuldades para levar adiante os projetos do ministério em questão. Para Ana Amélia, a paralisia não interessa ao governo.

Em aparte, Pedro Taques (PDT-MT) disse que as acusações envolvendo o ministro do Trabalho, que também pertence ao PDT, são graves e exigem esclarecimentos.

Alvaro: investigação por crime de responsabilidade

Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou ontem a apresentação pelo PSDB de mais uma representação contra o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, à Procuradoria-Geral da República (PGR). O objetivo do partido é a abertura de investigação contra o ministro no Supremo Tribunal Federal (STF) por crime de responsabilidade.

– Além das irregularidades denunciadas, que passam por cobrança de propinas, utilização de avião e a utilização também de diárias frias, o ministro, de forma atabalhoada na Câmara dos Deputados, como um boquirroto despreparado, faltou com a verdade e insultou o Congresso Nacional e a sociedade brasileira. Esse insulto não pode ficar sem reparação. Ficou comprovado que o ministro mentiu – disse Alvaro Dias.

Para ele, Lupi deveria deixar o ministério rapidamente. Sua permanência no governo, avaliou, é um "ato de omissão da Presidência".

Flexa Ribeiro propõe "Plano Real" para educação, saúde e segurança Pedro Simon faz homenagem a Ramez Tebet, morto há 5 anos

"É preciso corrigir as políticas equivocadas da atual administração federal, caótica em vários setores, para o Brasil retomar a rota do crescimento", disse Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Para o senador, seu partido poderia atuar para isso, com a construção, no Instituto Teotônio Vilela, de um novo "Plano Real", como



Flexa Ribeiro

o que foi feito para a economia.

– É necessário construir, dentro do PSDB, um Plano Real para a educação, um para a saúde, um para a segurança pública – disse.

Segundo Flexa, essa constatação surgiu no dia 7, durante o seminário A Nova Agenda: desafios e oportunidades para o Brasil.

Ontem completaram-se cinco anos da morte do senador Ramez Tebet (1936–2006), que recebeu homenagem em Plenário de Pedro Simon (PMDB-RS).

Tebet, que foi senador pelo PMDB de Mato Grosso de Sul (1994–2006), presidiu o Senado entre 2001 e 2003. Simon disse que Tebet unificava o PMDB e elogiou a



Pedro Simon

mesma postura na vida privada, no trabalho e na política.

Segundo Simon, a passagem de Tebet pelo Senado foi muito importante, pois, durante um período de crise do governo federal, o nome de Tebet foi lembrado como um nome de equilíbrio para promover o diálogo do Executivo com o Senado e com o PMDB.

João Capiberibe entrega diploma e aguarda data da posse no Senado

Segundo candidato mais votado para senador no Amapá em 2010, João Capiberibe (PSB) apresentou ontem à Mesa o diploma expedido pelo Tribunal Regional Eleitoral de seu estado e a documentação para sua

posse, ainda sem data definida. Ele ocupará a vaga de Gilvam Borges (PMDB), atualmente licenciado e substituído por Geovani Borges (PMDB).

Capiberibe foi eleito senador pela primeira vez em 2002, mas

acabou cassado em 2005, sob acusação de compra de votos. Concorreu novamente em 2010 e foi eleito com 130 mil votos, apesar de sua candidatura ter sido impugnada com base na Lei da Ficha Limpa. Depois que o

Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a lei não podia ser aplicada às eleições de 2010, Capiberibe conseguiu que seu recurso fosse acatado. Ele foi diplomado pelo TRE do Amapá na última segunda-feira.

Humberto Costa: área da saúde merece recursos

Os programas bem-sucedidos do Sistema Único de Saúde (SUS) foram apontados por Humberto Costa (PT-PE) como argumento para defender a regulamentação da Emenda 29. Aos que criticam a ideia de criar novas fontes de recursos para a saúde, ele disse que problemas de gestão e de desperdício não são exclusivos da área.

– A saúde tem programas de excelência como o Samu, o mais bem avaliado entre as políticas públicas do governo, o Farmácia Popular, além do Brasil Sorridente, agora o Rede Cegonha, tantas e tantas coisas relevantes e importantes e só vemos a mídia mostrar aquele SUS que não deu certo.

Jayme critica nova gestão de hospital universitário

Jayme Campos (DEM-MT) criticou projeto de lei da Câmara (PLC 79/11) que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, para a gestão dos hospitais universitários.

Para o senador, a proposta, de autoria do Poder Executivo, é inconstitucional porque viola os princípios de autonomia das universidades e do concurso público, além de abrir caminho para que esses hospitais sejam privatizados.

– Ao interferir na área administrativa das universidades e na gestão das unidades e das atividades médico-hospitalares, afetando os serviços prestados por todo o corpo docente e discente, o projeto agride frontalmente a Constituição – argumentou o parlamentar.

Requião: é um erro criar gestoras de hospitais

Roberto Requião (PMDB-PR) aconselhou a presidente Dilma Rousseff a não criar empresa gestora de hospitais universitários, dizendo fazer crítica construtiva para evitar que o sistema de saúde "entre num pantanal em função de um erro".

– Logo após a Emenda 29, vamos precisar das emendas 30, 31 e 32, porque o que se está propondo hoje é a antevéspera do caos – afirmou.

Para ele, o correto seria fazer concurso público e reformular "o miserável salário que os médicos recebem", em vez de criar "uma confusão pelos privilégios estabelecidos pelos conselhos desta empresa".

Vai à Câmara projeto de Eunício Oliveira que restringe o uso das receitas com multas de trânsito a campanhas educativas e sinalização de vias

Em debate, jornada de aeronautas e farmacêuticos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem a realização de audiências públicas sobre a jornada de trabalho de farmacêuticos e aeronautas. As datas das reuniões ainda serão definidas.

A proposta para discutir a jornada do farmacêutico é de Lídice da Mata (PSB-BA), relatora do PLS 443/09. Entre os convidados, estão representantes do Ministério do Trabalho e do Conselho Federal de Farmácia. Já a audiência sobre a jornada do aeronauta foi proposta por Vicentinho Alves (PR-TO), relator do PLS 434/11. Participarão o diretor de Operações de Aeronaves da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Carlos Eduardo Pellegrino, e o presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas (SNA), Gelson Dagmar Fochesato, entre outros.

Marta destaca avanços da luta das mulheres

Ao comentar os dados do Censo 2010, Marta Suplicy (PT-SP) disse que a luta feminina por igualdade de direitos obteve avanços nas últimas décadas, mas ressaltou que os resultados muitas vezes "resistem em aparecer".

A senadora disse que uma das revelações do censo é o fato de 39% dos lares serem providos unicamente por mulheres e 30% terem a mulher como coprovedora.

Marta relatou sua participação na 66ª sessão da Assembleia Geral da ONU, especialmente em conferências sobre o fortalecimento do papel da mulher. Ela ainda observou que levantamento recente do Fórum Econômico Mundial mostrou que o Brasil piorou no ranking de desigualdade de sexos.



Senadora comenta dados revelados pelo Censo 2010

Dinheiro de multas de trânsito só deverá ser aplicado em campanhas

OS RECURSOS DAS multas de trânsito deverão ser utilizados exclusivamente em educação para o trânsito, admitindo exceção apenas para despesas com sinalização das vias. A determinação consta de projeto (PLS 579/11) aprovado em decisão terminativa pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e que será agora examinado pelos deputados.

De acordo com o texto, as receitas devem financiar campanhas sobre direção defensiva, cultura da paz e combate à violência no trânsito, além de mensagens para desestimular o consumo de álcool e drogas por motoristas.

A exceção para permitir despesas com sinalização das vias resultou de emenda sugerida por Romero Jucá (PMDB-RR). Designado relator da emenda, Demóstenes Torres (DEM-GO) disse que a sugestão aperfeiçoava projeto já meritório pela iniciativa de proporcionar meios para o enfrentamento dos problemas que o país enfrenta na esfera do trânsito.

– O país detém o troféu absolutamente indesejável de campeão em acidentes, mortes e invalidez no trânsito. A sinalização é importante. Quem escreve sobre o tema diz que no Brasil inexistente sinalização – afirmou Demóstenes.



Senadores Eunício Oliveira (D) e Ricardo Ferraço, autor e relator da proposta, concordam que multas devem financiar educação no trânsito

A matéria foi lida na semana passada, com relatório favorável de Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Jucá pediu vista e sugeriu a emenda, apoiada pelo próprio autor do projeto, Eunício Oliveira (PMDB-CE), que preside a CCJ. O autor considera que a mudança amplia o texto e pode favorecer a sanção, conforme entendimento entre Jucá e o governo.

Eunício justifica que a aplicação dos recursos das multas em ações educativas é uma diretriz do próprio Código de Trânsito



José Cruz/Senado Federal

Brasileiro. Hoje, as receitas têm reforçado o caixa dos governos, custeando o pagamento com pessoal que atua na gestão e na

fiscalização do trânsito – uma distorção, já que estimula as administrações a implantar a "indústria das multas".

Câmara volta a analisar demissão por embriaguez

A CAS aprovou ontem, em turno suplementar, projeto de lei que impede o empregador de demitir por justa causa o trabalhador que apresentar embriaguez habitual ou em serviço. A proposta é do então deputado Roberto Magalhães e já havia sido aprovada no final de outubro na forma de substitutivo do relator, Paulo Bauer (PSDB-SC). Como recebeu alteração no Senado, a matéria voltará à Câmara dos Deputados.

A proposta prevê suspensão do contrato de trabalho e concessão de licença para tratamento de saúde do empregado alcoolista. Pelo substitutivo de Paulo Bauer, o trabalhador poderá ser demitido por justa causa na hipótese de recusar a realização do tratamento.

Suplicy elogia programa de TV sobre cigarro



Waldemir Barreto/Senado Federal

A série que a Rede Globo está exibindo no programa *Fantástico* sobre os prejuízos do cigarro à saúde foi elogiada por

Eduardo Suplicy (PT-SP).

A série de seis episódios é feita em conjunto com o médico Drauzio Varella, que, segundo o senador, "tem enorme credibilidade, inclusive porque foi fumante por 17 anos e conseguiu parar".

Suplicy ressaltou que a série mostra a dificuldade dos fumantes em largar o vício em nicotina e ajuda as pessoas com informações para deixar o cigarro. O parlamentar disse que o tabagismo é uma "doença negligenciada no país".

Adicional de periculosidade para motociclistas

Vai ao exame da Câmara projeto de lei que prevê pagamento de adicional de periculosidade para os motociclistas, aprovado pela CAS. Assim, as atividades de mototaxista, motoboy, motofrete e o serviço comunitário de rua poderão ser incluídas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como perigosas, o que garantirá o benefício a esses trabalhadores.

O projeto (PLS 193/03) é de Marcelo Crivella (PRB-RJ) e o texto final é do relator, Cícero Lucena (PSDB-PB). Agora, a matéria irá ao exame da Câmara dos Deputados.

A proposta atualiza a CLT. Hoje, a legislação trabalhista considera perigosas as atividades ou operações que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem contato permanente com inflamáveis ou explosivos em condições de risco acentuado.

Aumenta a lista de discriminação no trabalho

A CAS aprovou ontem proposta que amplia a lista de práticas discriminatórias a serem combatidas no ambiente de trabalho ou no processo de contratação. Assim, poderá ser punida a discriminação de gênero, orientação sexual, etnia, religião, deficiência ou restrição de crédito.

O projeto aprovado (PLS 615/07) é de autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ) e tramita em conjunto com o PLS 283/08. O substitutivo de Cícero Lucena (PSDB-PB) incorporou mudanças que já haviam sido aprovadas pela CCJ, e o texto agora será examinado pela Câmara dos Deputados.

Uma das medidas previstas na matéria é a inclusão, entre as práticas consideradas crime, da exigência de teste sobre predisposição genética a doenças (inclusive por meio de histórico familiar).

FGTS poderá ser usado para dar acessibilidade a moradias

Recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) poderão ser usados para financiar reformas em residências próprias, com o objetivo de oferecer acessibilidade a pessoas com deficiência. Proposta nesse sentido, de Jayme Campos (DEM-MT), foi aprovada ontem pela CAS e segue para a Comissão de Direitos Humanos (CDH), onde será votada de forma terminativa.

O senador explicou que são altos os custos com que as famílias precisam arcar para promover adaptações estruturais em suas moradias. Com o projeto (PLS 174/10), o parlamentar quer facilitar a realização das obras, que vão da colocação de corrimões à ampliação de portas e cômodos.

Ao lembrar que são autorizados saques do FGTS para aquisição de casa

própria, o relator, Lindbergh Farias (PT-RJ), afirma que, "para o caso da pessoa com deficiência, a garantia da acessibilidade do imóvel próprio representa elemento intrínseco à satisfação da política habitacional". O senador apresentou emenda de redação alterando o termo "portadores de necessidades especiais" pela expressão "pessoa com deficiência".

Autor da proposta, senador Jayme Campos lembra o alto custo das obras de adaptação



Márcio Kolumbe/Senado Federal



Vanessa Grazziotin pede atenção a impasse entre funcionários e direção

Vanessa Grazziotin pede atenção a impasse no Basa

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu mais atenção ao impasse entre os funcionários e os dirigentes do Banco da Amazônia (Basa). Enquanto os trabalhadores de outros bancos públicos e privados já encerraram a greve, a paralisação dos bancários do Basa dura quase dois meses.

No último fim de semana, a senadora relatou que se reuniu com representantes sindicais e dirigentes do Basa para tentar um acordo, que ainda não ocorreu. As reivindicações dos bancários vão além dos pedidos de melhores salários e condições de trabalho, apontando para preocupação com o futuro do banco, disse.

Vanessa Grazziotin também relatou viagem de três dias que fez a Cuba, em que viu "um país renovado".

Marinor manifesta solidariedade a grevistas do banco

Em greve há 51 dias, os funcionários do Basa receberam a solidariedade de Marinor Brito (PSOL-PA).

– Não é possível que, após todo esse tempo, a diretoria do banco não tenha negociado um acordo que atenda minimamente as reivindicações dos grevistas.

Os grevistas decidiram pedir a imediata exoneração de toda a diretoria executiva do banco, inclusive a do presidente, Abidias José de Sousa Júnior.

– Ele não precisa apenas mudar de prática, mas precisa ser colocado para fora da instituição, para abrir a possibilidade efetiva de negociação – disse.

Marinor destacou que o Basa é uma empresa de economia mista, fundada há 69 anos e com cerca de 3 mil funcionários.

– É preciso recolocar o Basa em seu devido lugar: um banco com a força e a riqueza da Amazônia.

Apesar da polêmica sobre a construção de novas usinas nucleares no país, senadores da CCJ consideraram que a proposta é importante por proteger pessoas e meio ambiente

Comissão aprova proteção ao Programa Nuclear Brasileiro

EM MEIO À polêmica sobre a continuidade da construção de usinas nucleares no país, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, ontem, projeto de lei da Câmara (PLC 191/10) que institui o Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (Sipron). A matéria será examinada agora, em caráter terminativo, pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Após lamentar a "aprovação tardia" – foram seis anos tramitando na Câmara –, o relator, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), avaliou a criação do Sipron como indispensável à segurança da população no momento em que o país cogita expandir a produção de energia nuclear e está às voltas com a construção da usina Angra 3, no Rio de Janeiro.

Segundo Aloysio, o Sipron terá como objetivo assegurar o planejamento, a coordenação e

a execução de ações e providências integradas e continuadas que permitam a imediata e eficaz proteção à população, aos trabalhadores em atividades nucleares, ao meio ambiente e às instalações e projetos do Programa Nuclear Brasileiro.

Moratória

A questão da moratória na geração de energia nuclear foi levantada por Roberto Requião (PMDB-PR), autor de projeto nesse sentido. Apesar de votar pela aprovação do PLC 191/10, ele considerou que a intenção do país de construir oito usinas nucleares está na contramão do que acontece no mundo. Para ele, seria melhor reverter esses investimentos para a produção de energia de fonte hídrica ou alternativa (eólica ou solar).

– Minha manifestação é favorável ao projeto, porque ele traduz uma preocupação com a população. Mas acredito que

nós não temos porque investir numa tecnologia que está sendo abandonada, paralisada pelo mundo – argumentou.

Eduardo Suplicy (PT-SP) também disse estar de acordo, mas comentou já ter apresentado projeto de decreto legislativo para submeter a plebiscito a construção de usinas nucleoeletrônicas no país.

Aval com restrições foi apresentado por Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Ele citou projeto (PLS 405/11) de Cristovam Buarque (PDT-DF) que suspende a construção de usinas nucleares por 30 anos e defendeu avanços na investigação sobre matrizes energéticas limpas.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) considerou que o Programa Nuclear Brasileiro já vive em moratória, sendo desnecessário projeto nesse sentido. Para ele, o Brasil deve avançar no domínio de tecnologia para produzir energia a partir de qualquer fonte.



Senador quer divisão geral da despesa com vazamento no Espírito Santo

Malta: se royalty é para todos, passivo ambiental também

Magno Malta (PR-ES) mencionou o derramamento de petróleo em um poço da Bacia de Campos, operado pela norte-americana Chevron, e convidou os estados não produtores a "fazerem uma vaquinha" para socorrer o Espírito Santo. Ele fazia uma crítica à proposta que redistribui os royalties do petróleo entre todos os estados.

– O petróleo é de todos, agora o vazamento, o passivo ambiental, também tem que ser. Pau que dá em Chico dá em Francisco. Não estão querendo os royalties? Agora vamos nos juntar, dividir parte dessa despesa.



Projeto analisado pela CCJ visa planejar ações que garantam a segurança da população e dos trabalhadores das usinas

Punição por falta de higiene em tanques de areia

Os responsáveis por áreas de lazer públicas e particulares podem ser obrigados a adotar medidas de prevenção e controle de contaminação de tanques de areia utilizados como local de recreação por crianças. É o que estabelece projeto de lei da Câmara (PLC 110/09) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Há inclusive previsão de multa para infração cometida por estabelecimento privado.

A proposta foi aprovada no formato sugerido pela relatora, Marta Suplicy (PT-SP). Ela incluiu a previsão de interdição das áreas

onde se comprove a ausência das medidas preventivas e de controle, a ser mantida até o retorno de condições próprias de uso.

– É nosso dever alertar para a necessidade de normatizar a interdição da área de lazer contaminada ou com problemas de assepsia, uma vez que estamos tratando aqui de proteção e defesa da saúde – observou.

O autor, o então deputado Neucimar Fraga (PL-ES), afirma que o acúmulo de detritos, restos de alimentos e a presença de animais criam ambiente propício à propagação de doenças infectocontagiosas a partir dos

tanques de areia usados como área de recreação. Marta concorda que a situação habitual é mesmo crítica, com "muita sujeira".

Na emenda, a senadora sugere que os responsáveis sejam processados penal e civilmente e, se forem autoridades públicas, também administrativamente. A emenda prevê multa de 100 unidades fiscais de referência para os estabelecimentos privados infratores – aplicada em dobro no caso de reincidência.

A matéria terá agora decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).



Senador espera 5 mil prefeitos em manifestação marcada para Brasília

Vital lembra evento a favor de redivisão dos royalties

Vital do Rêgo (PMDB-PB) convidou as representações políticas para manifestação marcada para o dia 30, em Brasília, a favor de novos critérios sobre a distribuição dos recursos do petróleo entre todos os estados.

O senador espera que mais de 5 mil prefeitos compareçam à manifestação, que será precedida por eventos em quase todos os municípios no dia 25.

Vital é autor do substitutivo, aprovado pelo Senado, sobre projeto de Wellington Dias (PT-PI) que trata dos recursos do petróleo, tanto da camada pós-sal, com contratos em vigor, quanto da pré-sal.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
 1º vice-presidente: Marta Suplicy
 2º vice-presidente: Waldemir Moka
 1º secretário: Cícero Lucena
 2º secretário: João Ribeiro
 3º secretário: João Vicente Claudino
 4º secretário: Ciro Nogueira
 Suplentes de secretário:
 Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
 Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • Paulo Davim • José Sarney • Anibal Diniz • Randolfe Rodrigues

* Licenciado

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefia de Reportagem:
 Teresa Cardoso e Milena Galdino
 Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
 Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
 Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Viana apresenta relatório hoje sobre o novo Código Florestal

Vencer as divergências quanto às regras para recuperação de área de preservação permanente (APP) nas margens de rios será um dos maiores desafios da Comissão de Meio Ambiente (CMA), última a votar o projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11) antes do Plenário. As regras para recompor matas ciliares e as demais modificações que o relator, senador Jorge Viana (PT-AC), submeterá hoje à comissão devem resultar de acordo entre os senadores, mas também precisarão do aval dos deputados.

Como o projeto voltará à Câmara para análise das mudanças feitas pelo Senado, diversos senadores têm manifestado preocupação em negociar antecipadamente com os deputados as alterações no texto. Na opinião de Waldemir Moka (PMDB-MS), um

dos que têm trabalhado na interlocução com a Câmara, o Senado deverá assegurar a continuidade de atividades consolidadas em APPs e proteger agricultores que tenham propriedades de até quatro módulos fiscais.

Acir Gurgacz (PDT-RO) apresentou emenda nesse sentido, admitindo a manutenção, em APPs, de infraestrutura associada “ao desenvolvimento de atividades agrossilvopastoris, de turismo rural e ecoturismo, edificadas até 22 de julho de 2008”. O senador sugere ainda que, para propriedades com até quatro módulos fiscais, a exigência de recomposição da mata ciliar, somada à área de reserva legal, não ultrapasse 20% da área total do imóvel.

– Precisamos de um texto que leve em consideração esse tipo de exceção – disse Moka.



Davim quer aperfeiçoar limites para medição de APPs que margeiam rios

Para Davim, ainda são necessários ajustes no projeto

A discussão sobre o Código Florestal se aproxima de um momento decisivo para todos os que se preocupam com o meio ambiente, afirmou Paulo Davim (PV-RN). O senador manifestou preocupação quanto ao relatório a ser lido hoje na Comissão de Meio Ambiente.

Segundo Davim, alguns pontos do texto aprovado pela Câmara precisam ser melhorados, especialmente a definição do limite a partir do qual devem ser medidas as áreas de preservação permanente (APPs) que margeiam os rios.

– Quando houver uma diminuição da APP para 15 metros, os rios que já conservarem essa margem de 30 metros dentro dos padrões atuais passam a ser áreas de possíveis desmatamentos. O proprietário do imóvel rural pode utilizar esta área como compensação da reserva legal, e isso é preocupante – disse.

O senador também questionou a permissão da ausência da reserva legal em propriedades de até quatro módulos fiscais (em certas regiões, cada módulo fiscal pode chegar a 100 hectares), sugerindo emenda ao Código Florestal que evite o fracionamento da propriedade para burlar a lei.

Davim defendeu a necessidade de chegar a um texto que concilie a defesa do meio ambiente com a produção de alimentos. Ele salientou ainda a contribuição de autoridades e especialistas ouvidos nas audiências públicas realizadas para discutir o tema.

Marinor Brito anuncia que seu voto será contrário

O projeto do novo Código Florestal, que deverá ser votado hoje pela Comissão de Meio Ambiente (CMA), terá o voto contrário de Marinor Brito (PSOL-PA). Ela antecipou sua decisão, ontem, ao Plenário.

Na opinião da senadora, o projeto “quer privilegiar os interesses do agronegócio, dos desmatadores, dos que não têm consciência ambiental, dos que não pensam na qualidade de vida do povo brasileiro”.

Marinor lembrou já ter votado contrariamente ao relatório do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) nas votações das comissões de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

Na opinião da senadora, o Brasil tem “uma das legislações ambientais mais avançadas do mundo”, mas deixará de tê-la caso a proposta do novo Código seja aprovada pelo Senado.

Para Marinor, “a busca pelo lucro fácil levou a inúmeras violações da lei, com aumento do desmatamento e da devastação de vários biomas”. Ela referiu-se especificamente aos casos da Mata Atlântica – da qual resta apenas 7% da cobertura original – e da Amazônia – onde 20% da vegetação nativa já foi derrubada.

Outro argumento de Marinor para justificar seu voto contrário é que os grandes proprietários de terra “têm tentado e conseguido, lamentavelmente, o apoio da bancada governista, para acabar com a possibilidade de reflorestamento”.



Proposta abriga interesse dos grandes proprietários, afirma Marinor Brito

Debate na Comissão sobre Mudanças Climáticas mostrou que inclusão da proposta no projeto do novo Código Florestal tem apoio amplo dos estudiosos sobre o tema



Presidente da CMMC, Sérgio Souza (C) apresentou emenda para incluir no código pagamento de incentivos a quem preservar

Serviços ambientais devem ser pagos, dizem especialistas

A PREVISÃO DE pagamento por serviços ambientais, no projeto do novo Código Florestal (PLC 30/11), foi defendida ontem pelos participantes de audiência pública promovida pela Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC). A discussão sobre os incentivos no texto deve ser feita na Comissão de Meio Ambiente (CMA), último colegiado pelo qual o projeto passará antes do Plenário.

O PLC 30/11 já foi votado nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de Agricultura (CRA) e de Ciência e Tecnologia (CCT). Em todas, o pagamento por serviços ambientais foi tema de emendas. Nas duas últimas, em que a votação foi conjunta, era prevista a votação de emenda de Eduardo Braga (PMDB-AM), que propunha a criação de programa de apoio financeiro para agricultores. Por falta de acordo, as emendas foram retiradas e a discussão ficou para a CMA.

O relatório de Jorge Viana (PT-AC) sobre o projeto do novo código deve ser lido hoje na CMA, mas a votação deve ocorrer somente na próxima semana. Após a leitura do relatório, está prevista a apresentação de pedido de vista para que os senadores tenham mais tempo para analisar o relatório.

Presidente da CMMC e integrante da CMA, Sérgio Souza

(PMDB-PR) disse ter apresentado, ontem, emenda sobre o pagamento de serviços ambientais. Para ele, o produtor deve ser remunerado por toda a preservação que não seja prevista como obrigatória por lei.

O diretor executivo do Instituto de Desenvolvimento Econômico e Socioambiental de Goiás (Idesa), Paulo D'Ávila Ferreira, vai além. Ele acredita que haveria “menos brigas” na discussão do código se os produtores fossem remunerados mesmo pela reserva legal, prevista como obrigação pela lei.

Retrocesso

O relator da CMMC, deputado Márcio Macêdo (PT-SE), afirmou que equipe técnica do Ministério do Meio Ambiente trabalha junto ao senador Jorge Viana para consolidar a previsão do pagamento por serviços ambientais.

Já o diretor do Programa de Mudanças Climáticas do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), Osvaldo Stella, disse ter dúvidas sobre os efeitos da inclusão dos incentivos no projeto. Para ele, o novo código é muito complexo e a inclusão de mais esse tema poderia atrapalhar as discussões.

Stella disse que é preciso vontade política para analisar os projetos que já tramitam no Congresso sobre o assunto.

Entre eles, o PLC 195/11, da deputada Rebecca Garcia (PP-AM), e o PLS 212/11, do senador Eduardo Braga.

Coordenador para Instituições Financeiras Internacionais da organização The Nature Conservancy (TNC), Gustavo Tosello Pinheiro disse acreditar que um dos principais desafios para se montar um sistema de incentivos é conhecer o território. Para isso, seria necessário um monitoramento eficiente.

O especialista disse que o texto do código, como veio da Câmara, representa um retrocesso nesse sentido. Segundo Tosello, o projeto ignora os avanços obtidos ao longo dos anos, como o Programa Mais Ambiente, do governo federal, de apoio à regularização ambiental de imóveis rurais, e retorna ao que era previsto no código original, de 1965.

– O que a gente espera é que o Senado ou a Câmara, quando o texto retornar para lá, incorpore os desenvolvimentos tecnológicos e as experiências desenvolvidas – afirmou.

Segundo o coordenador do TNC, emenda com essa intenção foi apresentada pelo senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) para prever o georreferenciamento do perímetro da propriedade como exigência para inscrição no Cadastro Ambiental Rural.

Projeto estende à Sudam e à Sudeco o Fundo Safra

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que estende o Fundo Garantia-Safra e o Benefício Garantia-Safra às áreas de atuação das superintendências de desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Centro-Oeste (Sudeco).

Destinados a agricultores familiares vitimados por secas ou excesso de chuva, esses benefícios hoje contemplam apenas os municípios onde atua a Sudene. Aprovado na forma de substitutivo de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), o projeto estabelece que terão direito ao Benefício Garantia-Safra os agricultores familiares que, tendo aderido ao Fundo Garantia-Safra, sofram perda de pelo menos 50% da produção de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão, banana, hortaliças, juta ou malva. O texto de Rollemberg une os conteúdos de dois projetos, PLS 324/09 e PLS 547/09, submetidos ao exame das CAS e da CAE. Caberá agora à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária decisão terminativa.

Aprovada integração de políticas para área rural

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou proposta que institui a Política de Desenvolvimento do Brasil Rural, cujo objetivo é integrar ações voltadas para a melhoria das condições de vida do trabalhador do campo. Apresentado por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), o projeto (PLS 258/10) busca diminuir a pobreza e as desigualdades sociais na área rural por meio do desenvolvimento sustentável. A matéria será examinada pelas comissões de Meio Ambiente (CMA), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura (CRA). O relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), apresentou voto favorável.

O projeto prevê a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento do Brasil Rural e a criação do Sistema Nacional de Informações sobre o Desenvolvimento do Brasil Rural. Segundo Valadares, a proposta consolida dez anos de trabalho do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Confrac).

Diploma de jornalismo volta à pauta do Plenário

Voltou à pauta do Plenário a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 33/09, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), sobre a exigência de curso superior de Comunicação Social para o exercício da profissão de jornalista.

A PEC é uma resposta à decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de junho de 2009, que revogou a exigência do diploma para jornalistas, que seria, pelo ponto de vista dos ministros, um resquício da ditadura militar que afastaria dos meios de comunicação intelectuais, políticos e artistas que se opunham ao regime.

O relator do texto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Inácio Arruda (PCdoB-CE), argumentou que, ao contrário de inibir a liberdade de expressão, a luta pela regulamentação da profissão de jornalista esteve historicamente ligada à defesa da democracia no Brasil.

– O que reprimiu liberdades no período ditatorial não foi a exigência de diploma, mas a censura, o autoritarismo, a perseguição política, o controle ideológico dos meios de comunicação pela intimidação do regime militar – disse o relator.

O substitutivo estabelece que não será exigido diploma para o colaborador – aquele que, sem relação de emprego, produz trabalho de natureza técnica, científica ou cultural, relacionado à sua especialização. Pela proposta, o diploma também não será obrigatório para quem, à data da promulgação da emenda, comprovar o efetivo exercício da profissão, bem como quem já tenha registro profissional.

Entidades representativas dos jornalistas convocaram seus membros para pressionar pela votação da PEC 33/09 ainda nesta semana. Em abaixo-assinado, a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) diz que aposta na “independência e na vocação democrática do Parlamento para reverter uma decisão obscurantista do STF”.

Senadores aprovam IOF de até 25% sobre derivativos cambiais

Relator do projeto resultante de medida provisória, Blairo Maggi explicou que contratos de até R\$ 10 milhões não serão tributados para reservar pequenos exportadores

COM 44 VOTOS a favor e 10 contrários, o Plenário aprovou ontem o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 26/11, que permite a cobrança de alíquota de até 25% de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o valor de contratos derivativos vinculados à taxa de câmbio do dólar. O projeto é resultante das alterações feitas pela Câmara dos Deputados na Medida Provisória (MP) 539/11. A proposta vai agora à sanção presidencial.

A pedido de Eduardo Suplicy (PT-SP), o relator da matéria no Senado, Blairo Maggi (PR-MT), explicou que esses contratos são uma espécie de seguro feito pelos exportadores para se salvaguardar de variações bruscas da cotação da moeda, já que recebem em dólares e custeiam suas despesas com reais.

– É uma medida inteligente, interessante, pois protege o país de ataques à nossa moeda – disse o senador, acrescentando que contratos de até R\$ 10 milhões não serão tributados para preservar pequenos exportadores, assim como os contratos que mantêm sua posição na previsão da variação cambial, que não têm caráter especulativo.

Ao ler seu voto da tribuna, Blairo Maggi afirmou que, além de poder tributar os contratos derivativos cambiais em até 25% sobre o valor da operação, o governo passou a exigir o registro destes em câmaras ou prestadores de serviço de compensação, de liquidação e de registro autorizados pelo Banco Central (BC) ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Em seu voto, o relator explicou

que os deputados alteraram a MP para permitir à pessoa jurídica exportadora o desconto do IOF devido em operações de derivativos. Blairo acrescentou ter negociado com o Ministério da Fazenda a edição de decreto, já na próxima semana, que determine taxa zero para o setor exportador, atendendo à preocupação manifestada em emenda de Armando Monteiro (PTB-PE).

A oposição foi contra o projeto. O líder do DEM, Demóstenes Torres (GO), afirmou que a MP é inconstitucional e que seu partido questionará a medida junto ao Supremo Tribunal Federal (STF). O líder do PSDB, Alvaro Dias (PR), pediu votação nominal para a matéria, que, segundo ele, subtrai prerrogativas do Banco Central.



Blairo Maggi (E) informou ter negociado com o Ministério da Fazenda edição de decreto que zera a taxa para exportadores

MP de incentivo às exportações será votada dia 22

Foi adiada para terça-feira, dia 22, a votação em Plenário do Projeto de Lei de Conversão 28/11, decorrente da Medida Provisória 541/11. A proposta, entre outras coisas, cria o Fundo de Financiamento à Exportação (FFex), com objetivo de financiar exportações de bens e serviços, principalmente de micro, pequenas e médias empresas.

A proposta altera também a legislação que regula o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), que passa a ser chamado de Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia. As competências do instituto são ampliadas pelo projeto, passando a incluir a de polícia administrativa e a

fiscalização de práticas enganosas de comércio.

O PLV 28/11 foi aprovado pela Câmara dos Deputados em outubro e tem validade até 30 de novembro deste ano. Relatada por Magno Malta (PR-ES), a proposta faz parte do Plano Brasil Maior, lançado pelo governo federal para estimular a indústria brasileira.



Senador vai ocupar vaga aberta pela saída de Wilson Santiago

Moka é eleito 2º vice-presidente do Senado

Com 52 votos favoráveis e um contrário, o Senado elegeu o senador Waldemir Moka (PMDB-MS) para ocupar a 2ª vice-presidência do Senado. O cargo estava vago com a saída de Wilson Santiago (PMDB-PB) para que o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) assumisse o mandato.

Delcídio do Amaral (PT-MS) disse que, para o Mato Grosso do Sul, é uma honra ter Waldemir Moka na Mesa do Senado. O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) assinalou que a eleição seguiu acordo e critério regimental com o PMDB, em respeito à proporcionalidade partidária na Casa. O senador José Agripino (DEM-RN) cumprimentou a Mesa pelo respeito ao Regimento Interno.

Vital do Rêgo (PMDB-PB), Benedito de Lira (PP-AL), Gim Argello (PTB-DF), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Blairo Maggi (PR-MT), Pedro Taques (PDT-MT), Armando Monteiro (PTB-PE), Jayme Campos (DEM-MT), Acir Gurgacz (PDT-RO), Cassido Maldaner (PMDB-SC) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), além das senadoras Lúcia Vânia (PSDB-GO) e Ana Amélia (PP-RS), destacaram a firmeza, a coerência, a fidelidade, a lealdade, o companheirismo e a competência como qualidades de Waldemir Moka.

Lídice fala sobre museu na Bahia que exalta heróis negros



Lídice da Mata

Lídice da Mata (PSB-BA) destacou ontem a importância do Dia da Consciência Negra, 20 de novembro, e registrou a abertura do Museu Nacional da Cultura Afro-Brasileira, em Salvador, no último domingo. Segundo a senadora, o museu se destina a “reconhecer os heróis anônimos, os negros ilustres na esfera das ciências, das letras, das artes, no campo do popular e do erudito”.

A parlamentar também anunciou que começa hoje em Salvador o Encontro Ibero-Americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes e também registrou sua satisfação com o anúncio do protocolo de intenções para a construção de unidade da montadora de veículos chinesa JAC Motors no Polo Industrial de Camaçari, na Bahia, com geração de 3.500 empregos diretos.

Brasil não sabe lidar com índios, afirma Wellington Dias



Wellington Dias

Wellington Dias (PT-PI) apresentou a pauta de reivindicações das 38 etnias indígenas reunidas em Porto Nacional (TO) para os Jogos Indígenas Brasileiros e o Fórum Social Indígena. Segundo ele, os índios pedem espaço na agenda da Rio +20 para apresentar sua cultura, querem que o Brasil sedie os Jogos Indígenas Internacionais, defendem que um índio presida a Fundação Nacional do Índio (Funai) e exigem que seus idiomas sejam a primeira língua nas escolas indígenas. Participam dos Jogos Indígenas Brasileiros 1.400 índios.

– Ali pude perceber o quanto nós, brasileiros, estamos despreparados para lidar com os indígenas. É um país dentro do nosso país – afirmou.

Em aparte, Lindbergh Farias (PT-RJ) parabenizou Wellington Dias pelo pronunciamento.

Bauer lembra os 150 anos de nascimento de Cruz e Souza



Paulo Bauer

Os 150 anos de nascimento do poeta simbolista Cruz e Souza foi lembrado ontem por Paulo Bauer (PSDB-SC). O senador registrou a obra do poeta catarinense, nascido em 24 de novembro de 1861 e morto com apenas 36 anos, vítima de tuberculose. Para Paulo Bauer, por sua obra e por suas posições libertárias, Cruz e Souza é motivo de orgulho não apenas dos catarinenses, mas também de todos os brasileiros.

Bauer assinalou que o poeta negro, filho de escravos, vivendo ainda no início da República, teve muitas portas fechadas pelo preconceito e, apesar da boa formação, precisou se contentar com empregos que não condiziam com sua capacidade e currículo. As dificuldades que encontrou em vida foram substituídas pelo reconhecimento após sua morte.